



ISSN: 2230-9926

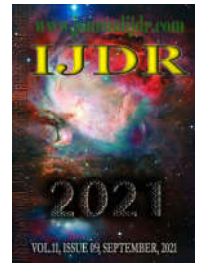
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 09, pp. 50274-50275, September, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22849.09.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

O COAPES E O SEU PAPEL NA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE: DISCIPLINANDO CAMPOS DE PRÁTICA

*¹Anderson Rodrigues de Carvalho and ²Leandro Henrique Tavares Pauletti

¹Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

²Mestre em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo

ARTICLE INFO

Article History:

Received 29th June, 2021

Received in revised form

06th July, 2021

Accepted 11th August, 2021

Published online 27th September, 2021

Key Words:

Ensino em Saúde, Estágio,
Atenção Básica

*Corresponding author:

Anderson Rodrigues de Carvalho,

ABSTRACT

O presente artigo tem como proposta discutir sobre a possibilidade do Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde, o COAPES, ser um dos caminhos democráticos e seguros para se organizar os campos de estágio em qualquer circunstância. Sabemos que os municípios que contam com essa iniciativa possibilitam um melhor entendimento de todos os atores neste processo quanto à sua participação e a sua contrapartida. Fica claro que os municípios, por meio de suas unidades de saúde, ofertam para as instituições de ensino um local extremamente rico para o aprendizado de milhares de estudantes. Manter e desenvolver o COAPES é, sem nenhuma dúvida, trabalhar para um melhor entendimento da concepção ensino-serviço-comunidade.

Copyright © 2021, Elorah Danna Favoretto Guiraldelli et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Anderson Rodrigues de Carvalho and Leandro Henrique Tavares Pauletti, 2021. "A colaboração de todos os autores se deu de forma integral na concepção do texto", *International Journal of Development Research*, 11, (09), 50274-50275.

INTRODUCTION

Os cursos de formação para a área da saúde, de nível técnico e graduação, contam com particularidades diferentes do restante da maioria das demais qualificações hoje disponíveis pelas instituições de ensino. Isso acontece, entre outras diferenças, pelo fato das formações em saúde terem como uma de suas necessidades a validação de horas de atividades práticas e estágios obrigatórios dentro do currículo ou como componente. Essas obrigações fazem com que as escolas formadoras tenham um olhar diferenciado para os seus cursos no tocante a oferecer os melhores cenários para a prática do aluno. Nem todas as instituições podem contar com esses cenários de prática junto às suas instalações, como clínicas modelo, laboratórios modernos e até hospitais universitários. Na maioria dos casos, e também uma realidade para a maioria das instituições de ensino, o que hoje é tido como ambiente de estágios e vivências para os estudantes no Brasil são espaços de saúde pública e privados sendo desenhados a partir de parcerias. Essa sinergia ensino-serviço-comunidade é também uma das vertentes para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos últimos 10 anos, uma série de políticas e transformações junto ao Ministério da Saúde tem trabalhado no sentido de melhorar essa relação de aprendizagem para o trabalho, formação para o SUS e integração dos profissionais, estudantes e a população. Investimentos na prática e nos projetos de Educação Permanente em Saúde e mudanças nos desenhos

assistenciais na Atenção Básica ajudaram a amplificar a voz das unidades de saúde pública. Neste sentido, um passo importante para organizar ações e modelos de formação para instituições de ensino que se apoiavam no Sistema Único de Saúde para pensar as suas práticas e trabalhar uma formação multidisciplinar e nos âmbitos da integração ensino-serviço-comunidade, foi a proposta do Ministério da Saúde e da Educação com a criação do COAPES. O Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde surge em 2015 para dar legitimidade as parcerias pensadas de forma descentralizada para uma série de processos. Em sua concepção, o COAPES funciona como um conselho de saúde, que se reúne e debate interesses de suas representatividades, com a presença frequente de gestores do poder público que legitimam e democratizam esse espaço de discussão. As instituições de ensino participam indicando coordenadores de curso, diretores e docentes que, após escolhidos são nomeados junto ao comitê por meio de publicação no Diário Oficial. Os encontros são organizados de forma contínua, geralmente mensais, e na construção das pautas cada instituição traz o seu tema para ser debatido. Entre os assuntos mais frequentes em reuniões do COAPES está a participação de cada instituição de ensino em um campo de prática. Por vezes, temos municípios que contam diversos níveis de Atenção à Saúde ofertada para a população, com serviços especializados, por exemplo, e que acabam sendo o foco de alguns cursos da área da saúde. Porém, não são todas as cidades que podem contar com todo esse aparato, restringindo o número de locais, o que por vezes acaba gerando uma espécie de "disputa" entre as instituições de ensino.

Um fator que acaba sendo predominante na escolha ou busca das escolas formadoras por determinado campo de prática é a sua posição geográfica. Uma unidade de saúde bem localizada chama a atenção pelo fato de ter fácil acesso aos estudantes, preceptores de ensino e supervisores de estágio. Ainda dentro desta perspectiva, uma unidade estrategicamente bem posicionada atrai um maior número de pacientes do território, o que é extremamente importante para proporcionar uma vivência rica em detalhes para os formandos. Quando temos esse saudável problema, de termos campos de prática sendo buscados com frequência por mais de uma instituição de ensino, o COAPES pode entrar em ação para disciplinar essa distribuição. Convocar todos os representantes das escolas para uma escuta qualificada do porquê ser esse local e as razões para a escolha é o primeiro caminho. No tocante, é importante que o restante da rede de saúde seja consultado quanto a disponibilidade de receber alunos e também um estudo que mensure o campo, observando a sua capacidade em ter novos profissionais ali inseridos. Tudo isso para que todos neste processo sejam ouvidos quanto as suas vontades e limitações. Desta forma, é possível apresentar para os membros do COAPES um mapa de todos os serviços ofertados no município, sua localização, o tamanho daquela unidade, quantos alunos ela pode receber, quem são os profissionais inseridos naquele espaço e que cursos, consequentemente, podem ser pensados naquele local como cenário de prática. Tentar locar os alunos em vários territórios é uma forma saudável de promover um aprendizado multidisciplinar e com realidades distintas do SUS. Isso ajuda até a quebrar um pouco do preconceito que alguns alunos acabam levando no início de um estágio quanto a saúde pública. O melhor dos cenários seria uma distribuição onde todos os espaços de saúde pública ofertados pelo município, pudessem receber alunos de todas as instituições em um momento, nem que fosse celebrado uma escala anual de rotatividade para que todos pudessem ter a oportunidade de vivenciar o dia-a-dia de um determinado território. Esse saudável compartilhamento dos campos de prática auxiliaria até no clima organizacional dentro das unidades de saúde, pois sabemos que por vezes os alunos além de contribuir com o andamento da rotina, no que cabe a parte técnica, dialogam e trazem conhecimento para os demais profissionais, isso acontece quando ele faz uma Educação Permanente tirando uma dúvida com a Enfermeira, por exemplo.

CONCLUSÃO

Proporcionar práticas integrativas e completas para os alunos dos cursos da área da saúde têm sido um compromisso das instituições de ensino ao redor do país. Dialogar com os municípios afim de estruturar e distribuir os campos de prática é sem dúvida alguma o primeiro passo a ser dado. Quando temos o Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde estabelecido, estamos dando luz e voz para essa parceria. Além de legitimar o trabalho de todos os envolvidos, o COAPES melhora a relação entre as escolas e proporciona outros benefícios, como disciplinar a relação entre unidade de saúde, escola e aluno. Os desdobramentos disso devem ser sentidos principalmente na sinergia ensino-serviço-comunidade.

REFERENCES

- Aquiles, GJ et al. Trabalho interprofissional em saúde na construção do COAPES – relato de experiência de educação permanente de trabalhadores gestores. *J Manag Prim Heal Care*. 8(3): p 83-84, 2017. Doi: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v8i3.679>
- Batista, KBC; Gonçalves, OSJ. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. *Saúde Sociedade*. V 20, n 4: p 884-889, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000400007>
- Pimentel, EC et al. Ensino e aprendizado em estágio supervisionado: estágio integrado em saúde. *Rev. Brasileira de Educação Médica*. 39 (3): 352-358; 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n3e01262014>
- Rudnicki T; Carlotto MS. Formação de estudantes da área da saúde: reflexões sobre a prática de estágio. *Rev. SBPH*, v10, n 1: p 97-110, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100008
